

América Latina: a encruzilhada do possível

Ariel Pennisi
Editor, ensaísta

Salvador Schavelzon
Antropólogo, professor da Universidade Federal de São Paulo



Após um ciclo de experiências governamentais que emergiu no calor das lutas sócio territoriais das décadas de 90 e 2000, em 2010 ou 2011 o progressismo latino-americano começava a dar sinais de exaustão. Não seria um fim de ciclo medido pelo termômetro de eleições, porque de fato a derrota eleitoral viria alguns anos mais tarde, ou não viria, ou seria revertida. O retorno do MAS e do kirchnerismo na Argentina e Bolívia, ou a persistência dramática em Venezuela e Nicarágua... acompanhariam novos progressismos ou esquerdas com a chegada do Boric, da Frente Ampla, no Chile, ou Castillo no Peru, mesmo que esse último não possa ser considerado progressista em alguns aspectos (presentes em outros países, mais próprios da tradição nacionalista) e também que o caso chileno seja já uma nova onda progressista, construída em mobilizações e críticas do progressismo do começo dos dois mil, no caso, no socialismo de Michelle Bachelet.

Podemos falar do fim do ciclo progressista, então como a perda da força política inicial - uma perda de vitalidade de origem - independentemente das eleições, coincidindo com o fim de um ciclo económico dominado pelos elevados preços dos commodities e, conseqüentemente, com a reduzida capacidade destes governos para abordar o conflito social e a pobreza. O fim do ciclo é também um reflexo dos custos políticos do exercício do poder e do caminho adoptado: os exemplos de uma Venezuela falida, as fortes mobilizações contra a tentativa de reeleição de Evo Morales, a necessidade de adotar estratégias em que os líderes dão lugar a candidatos à presidência moderados, como na Argentina, na Bolívia e no Brasil (de 2018), ao mesmo tempo em que tem um avanço de uma direita que busca tirar partido desta deterioração política das forças políticas rivais.

No final de 2010, com uma nova constituição aprovada pelo MAS e com a primeira reeleição de Evo Morales, um "gasolinazo" foi fortemente combatido em El Alto (uma das maiores cidades bolivianas, na periferia de La Paz), que pela primeira vez viu o presidente Evo Morales questionado a partir de uma cidade considerada uma base eleitoral e que tinha sido simbolicamente o epicentro das mobilizações de 2003 ligadas à ascensão da mobilização popular do MAS para o governo. Em 2011, o processo boliviano

estava cuspidando dissidência, sangrando feridas e multiplicando acordos e movimentos profanos, como a ruptura definitiva com as organizações indígenas já distantes (anteriormente aliadas) após a repressão da marcha indígena pelo conflito do TIPNIS. O TIPNIS é um território indígena e um parque nacional que seria atravessado por uma estrada, dando acesso ao avanço das plantações de coca (na demanda das bases do Evo) e ameaçando as comunidades indígenas que ali vivem, bem como a continuidade da floresta¹.

Os movimentos progressistas ou de esquerda na Argentina e Venezuela haviam enfrentado fortes mobilizações, mas os enfrentados por Evo Morales em 2010 tinham um caráter diferente. Podemos perguntar, se o ciclo não começou a se esgotar em um momento em que os governos progressistas enfrentavam mobilizações de estudantes, povos indígenas e trabalhadores, quando em vários aspectos a porta se abria para diferentes formas de ajuste, repressão de protesto, austeridade ou "sintonia fina" (expressão utilizada pelo kirchnerismo dessa época).

Em 2010, Dilma Rousseff venceu as eleições sob o patrocínio de Lula contra José Serra (PSDB), ainda dentro do jogo do partido que emergiu da redemocratização pós-ditadura. A disputa eleitoral do PT e PSDB procurou neutralizar uma terceira opção, a ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, Marina Silva, que representava exatamente o que o PT havia deixado de ser - na verdade, ela havia deixado o governo em disputas com o lobby do agronegócio - e, ao mesmo tempo, o que o PT gostaria de ser, como uma candidatura atraente para uma certa elite liberal (e ela enfrentou por esse motivo um duro ataque que parecia ignorar a direita que estava por vir). Foi somente nos dias de junho de 2013, quando uma multidão de pessoas também mostrou seu descontentamento com o governo, que a tendência foi quebrada, com índices históricos de aprovação popular negativa para o presidente e a chegada da crise econômica e política, que o governo de Dilma não conseguiu superar, criando o contexto de 2016 no qual ela foi removida por

¹ Schavelzon, S. "Bolivia del TIPNIS: entre la vergüenza de haber sido y el dolor de ya no ser". 11 octubre 2017, Blog Lobo Suelto. Disponível em: <http://lobosuelto.com/bolivia-del-tipnis-entre-la-vergüenza-de-haber-sido-y-el-dolor-de-ya-no-ser/>

um impeachment endossado pela Suprema Corte, e com praticamente nenhuma reação popular em sua defesa.

No Chile, o neoliberalismo de Bachelet daria quase naturalmente lugar a uma sucessão como a de Sebastián Piñera e, na Argentina, ao que seria inicialmente um mandato presidencial de Cristina sucedido por uma segunda presidência de Néstor Kirchner (um ciclo frustrado por sua morte em 2010), colocaria Cristina como líder político construído sobre uma linha tênue de conflito e evocação épica de grandes batalhas que acabariam dando a presidência ao milionário Mauricio Macri, em 2015, com uma crescente rejeição do líder do peronismo, o que polarizaria as preferências eleitorais em um contexto econômico cada vez mais complicado, e uma forte investida da mídia. Em outras palavras, após anos de recuperação e reparos em termos de direitos, a economia havia estagnado, a restrição externa (falta de dólares necessários para sustentar o sistema produtivo) estava se tornando indomável, já que grande parte dos dólares obtidos graças aos excedentes gêmeos (fiscais e comerciais) havia sido utilizada para pagar a dívida externa (com credores privados e o FMI), e a inflação estava começando a corroer a economia interna e as expectativas dos setores mais vulneráveis.

Os acordos comerciais bilaterais no Equador, antes sempre criticados por aqueles que os implementariam, assim como o conflito em territórios indígenas como Sarayaku, militarizaram-se para impor a exploração de petróleo, com a concessão que o governo equatoriano concedeu a uma empresa chinesa; com a criminalização de mais de 500 líderes indígenas no país por sua oposição às políticas extrativistas. A reviravolta de Rafael Correa foi simbólica, pois pôs um fim à proposta de manter o petróleo sob a terra no Parque Yasuní. Como Dilma, com Belo Monte, o kirchnerismo abrindo as portas do fracking e a mega mineração, a destruição extrativista se colocaria como um dos pontos fracos do progressismo, abrindo nesse ponto um campo de lutas e críticas que começaria a crescer à esquerda e em muitos territórios em luta. Os protestos em Equador gerariam a candidatura anti-correia do movimento indígena e Alberto Acosta, ex-ministro e presidente da Assembleia Constituinte. Vitorioso nas urnas, o fim do ciclo viria no Equador nas disputas internas com um novo governo de Lenin Moreno, ex-vice-

presidente, que romperia (à direita) com seu antecessor, mostrando, como no Brasil, uma fraqueza política interna que as eleições presidenciais nem sempre refletiriam.

Sem ter encontrado a chave para dismantelar as bases organizacionais neoliberais (e neocoloniais) da sociedade, e sem deixar de atender às necessidades de um capitalismo cada vez mais "realista", o progressismo renunciou ao desejável, construído pela força da luta e da inventividade, para o caminho mais ou menos poroso do *possível*. E o que os governos progressistas foram capazes de fazer? Veríamos reformas constitucionais que rebatizavam os estados como plurinacionais e antineoliberais, políticas de reparação econômica e social, veríamos as fotos de ditadores sendo publicamente removidas do prédio do estado onde ainda permaneciam, e veríamos ex-prisioneiros políticos e aqueles torturados pela ditadura ocuparem cargos presidenciais no Brasil, Chile e Uruguai.

Entre a possível revolução dos anos 70 e o *possível* como renúncia à revolução nos anos 2000, encontra-se este lugar político realista que percebemos como vitorioso e derrotado. Vitorioso diante de uma linha insurrecional, de classe ou de base contra a qual militava e da qual muitos de seus quadros tinham se afastado. Falhou, na medida em que vimos a ala direita triunfar dentro desses mesmos governos, em diferentes áreas de suas administrações, no horizonte limitado que construíram e nos avanços frágeis que foram capazes de fazer. O kirchnerismo enfrentou uma greve agrícola e o bloqueio dos patrões, quando sem sucesso procurou tributar o modelo agrário dominante, o qual não questionava, e do qual dependia economicamente. Lulismo deu aos bancos e empresários do agronegócio lucros históricos, negociando com o poder econômico com cuja classe política representativa co-governou, a possibilidade de ter recursos para garantir sua governabilidade com base na melhoria da condição socioeconômica de uma parte importante da população.

Em algum momento, desde que as circunstâncias permitissem, governos com raízes populares conseguiram incorporar reparações históricas (salários, propriedade pública, etc.) e transformações localizadas (expansão dos direitos), obtendo consenso e incentivando a interpretação hegemônica, em oposição à esquerda mais ortodoxa. Mas quando os cenários, os atores ou as circunstâncias permitiram prever maiores coeficientes

de transformação política e social, o progressismo mostrou seu lado reativo e, em alguns casos mais do que em outros, funcionou como uma força reacionária. Finalmente, o realismo neoliberal é mais realista e a mística progressista é muito simbólica, como contraponto à sua marca de negociação com o status quo no que diz respeito ao funcionamento social "realista".

Nos últimos anos, sempre que um novo ciclo de insurreição parecia emergir, tão heterogêneo quanto a geografia em que ocorreu (das revoltas na Praça Tahrir aos 15M, do Ocupar aos dias de junho de 2013 no Brasil), a possibilidade de um novo realismo, ou melhor, de uma nova distribuição entre potência e poder² como a tensão interna de todo realismo, foi reaberta nas discussões locais. Cada experiência, ao construir uma nova posição, ao exemplificar uma outra maneira de pensar- fazer, ao forçar novas agendas, ao contestar relações concretas de dominação do território, deve a si mesma seu próprio "realismo", ou seja, a construção e defesa de seu lugar existencial e político como um ponto de vista irredutível diante dos aspectos do realismo de poder que desmobilizam.

Chamamos de realismo político uma posição enunciativa que, da direita para a esquerda, invariavelmente arrogam para si mesma a decisão sobre o que é *possível*. Em alguns casos, é uma posição sustentada pelo conglomerado de empresas e poderes de facto que, institucionalmente habilitados, estabelecem as regras do jogo, estabelecem o árbitro e os tribunais que o controlam (herdeiros da falta de alternativas condenados nos anos 80 por Margaret Thatcher). Mas, mais recentemente, a posição realista também tem sido parte do protesto, baseada no desejo de massa de sair de um estado de asfixia, bem como na capacidade de múltiplos espaços, coletivos e redes mais ou menos extensas para desafiar a experiência neoliberal e explorar outros caminhos. Entretanto, se no primeiro caso, o realismo teve a ver com o dinamismo da lógica financeira, empresarial, corporativa ou mesmo policial; o realismo mais recente, enraizado na base, tem acalentado qualquer

² Recomendamos a leitura de Antonio Negri, "Spinoza: otra potencia de actuar" em *Biocapitalismo. Entre Spinoza y la constitución política del presente*, Red Editorial, Buenos Aires, 2013. Neste trabalho, reflete sobre a *cupiditas* como antecipação material (da materialidade social) à construção de novas instituições do comum, como capacidade de inclinar a relação entre *potentia* e *potestas* em direção à potência do comum.

sinal do dinamismo desse desejo de massa mais ou menos organizado. Existe uma "não há alternativa" progressiva?

Contra o realismo político que na América Latina aparece confortavelmente à sombra dos fracassos mais cedo ou mais tarde da direita governante, propomos um diagnóstico: a queda ou derrota de governos com raízes populares no último ciclo não ocorreu em condições de dinamismo insuportável para as elites ou conflitos insustentáveis para as grandes potências internacionais (como aconteceu nos anos 60 e 70), mas em seu momento menos dinâmico, que, especulativamente, foi também um momento de crise, foi também um momento de crise para as organizações sociais mais tradicionais, movimentos de base ou organizações sociais e sindicais (dependendo do país e da situação), que perderam seu radicalismo e se deixaram levar pela lógica da proximidade com o poder, seja individualmente (líderes que assumiram posições gerenciais) ou coletivamente.

O possibilismo progressivo pode radicalizar a narrativa antagônica, fora do poder pode habitar espaços de mobilização, mas mesmo em sua forma militante, já estruturada a partir do estado como uma questão de cálculos em torno do poder, irriga o presente com um discurso castrante. O extrativismo, a expansão do agronegócio e o atual modelo de desenvolvimento aparecem como "necessário" e, com ele, como o *possível* por excelência (sempre o "possível", traçado do dado e necessário); nenhuma luta política ou voz de resistência tem o poder de questionar o principal caminho de recuperação ou conservação do poder; qualquer crítica é marcada como esquerdismo infantil, guerra híbrida ou idiotice útil ao poder midiático da direita.

Retórica política sul-americana: golpe, retorno, traição e mal menor.

No Brasil que se seguiu aos motins de junho de 2013, uma espécie de movimento anticorrupção contra o PT se consolidou inorganicamente, não mais com a vocação de rebelião e protesto juvenil que irrompeu da luta contra o aumento das tarifas de transporte, e contra a forma como megaeventos (como a Copa do Mundo, com despejos

e realocações forçadas de setores empobrecidos) foram realizados. Naqueles anos, enquanto os efeitos da crise global estavam sendo sentidos, a disputa não era sobre a tradicional esquerda ou direita, mas sobre a orientação da novidade em jogo e o destino do descontentamento. A política partidária foi dividida entre a impossibilidade de encontrar uma "terceira opção" e a busca para assumir o novo mapa, registrando o que poderia ser descrito como um terremoto que mudaria totalmente a paisagem. Após uma dura campanha em 2014, ainda em junho de 2013, o PT enveredaria por um caminho conservador de políticas de austeridade e ajustes, com uma lei antiterrorista que criminalizava os ativistas e com fortes alianças com setores da direita e os setores financeiro, agronegócio e de mineração, bem como gestos com as forças de segurança e pastores evangelistas, que considerava indispensáveis para manter o governo.

A queda da Dilma, através do impeachment, não ocorreu no momento mais dinâmico; o PT não estava exatamente reformulando a antiga reforma agrária, ou nacionalizando serviços ou baixando o custo do transporte para a população, muito menos reconstruindo sua base social, mas o país estava passando por um ajuste econômico, concomitante ao endividamento e ao enfraquecimento das economias domésticas, enquanto a desigualdade estava se tornando cada vez mais acentuada. Dilma nomeou Joaquim Levy, ex-presidente do Bradesco Asset Management formado em Chicago e autor do programa econômico do PSDB para as eleições de 2014, como ministro das finanças, e secretários de finanças para Sergio Cabral, governador do Rio de Janeiro.

Segundo um estudo de Lena Levinas comentado por Raúl Zibechi e Decio Machado, "Entre os mais pobres, aqueles que tinham acesso a cartões de crédito e contas correntes quase dobraram. Assim, enquanto os salários cresceram 80% entre 2001 e 2015, o crédito individual aumentou em 140 por cento"³. A crise de 2015, com a má administração econômica do governo Dilma unanimemente reconhecida, resultou num crescimento muito significativo do peso da dívida das famílias mais pobres em relação à

³ Zibechi, R., Machado, D. *Cambiar el mundo desde arriba. Los límites del progresismo*, Red Editorial-IPyPP, Buenos Aires, 2015.

sua renda (cerca de 48%), enquanto para os setores médios a dívida financeira foi ainda maior (cerca de 65%). Após anos de aumento do consumo, de "40 milhões de brasileiros na nova classe média", encontramos o maior nível de endividamento registrado entre os setores populares com bancos privados.

Se hoje uma boa parte dos quadros militantes e intelectuais dos Petistas apresenta junho de 2013 como a gênese de um "golpe"⁴, desde junho podemos perceber um fim de ciclo ligado à incapacidade do governo progressista de se conectar com as demandas populares, tanto as de sua própria história, por exemplo, a mobilização contra o neoliberalismo, quanto as novas diretrizes para uma classe média fictícia (que cairia sob seu próprio peso). Após a vitória pírrica de Dilma em 2014, o PT perdeu gradualmente sua base de apoio até que a própria presidenta foi demitida como "inapta" em uma manobra palaciana de baixo nível⁵. Como o governo no Brasil é composto em grande parte no Congresso, muito mais do que em qualquer outro país latino-americano, Lula e Dilma não poderiam sonhar com os ministérios homogêneos em termos partidários do kirchnerismo ou do evismo; é neste esquema que encontramos os empresários do agronegócio, pastores, líderes conservadores do partido, acima mencionados, que ajudaram a compor a maioria e obtiveram ministérios em troca. Foi esta mesma estrutura política que se tornou independente (com nada menos que o próprio vice-presidente da Dilma, Michel Temer, à frente) e optou pelo impeachment. Além do mecanismo, que para alguns esteve próximo da súbita derrubada de Manuel Zelaya em Honduras e Lugo no Paraguai, como uma "nova modalidade de golpe", enquanto para outros se assemelhava à queda de Allende, mas que no Brasil foi um processo de impeachment que respeitou os mecanismos institucionais estabelecidos, o que aconteceu foi bastante "coerente" com a atitude das majorias brasileiras que não saíram às ruas para defender um governo que,

⁴ Recentemente Dilma Rousseff comenta diálogos com Erdogan e Putin em que as jornadas de junho foram interpretadas no marco das guerras híbridas de intervenção norteamericana de alta complexidade estratégica <https://www.youtube.com/watch?v=DpoMnQYDOZ4&feature=youtu.be>

⁵ ver Maledetto sia giugno! Il Brasile un anno dopo l'insorgenza on 23 Ottobre 2014. Entrevista de Gigi Roggero a Giuseppe Cocco e Barbara Szaniecki. Disponível em: <http://archivio.commonware.org/index.php/cartografia//479-maledetto-sia-giugno>

por outro lado, atingiu o nível mais baixo de popularidade (enquanto acontecia que as ruas eram conquistadas por aqueles que expressavam sua insatisfação com o governo). O *possível* havia se tornado possibilismo: como a realidade não pode ser transformada, as políticas de crédito, de consumo ligadas à financeirização ou políticas sociais que deixam intacto o armamento do capital concentrado, são apresentadas com misticismo.

A leitura política é a do final de um ciclo, com um governo cuja derrota política só posteriormente se manifestou como deterioração eleitoral. Se ganhar eleições significa construir a governabilidade para acabar governando em nome dos que estão na base e em nome dos que estão no topo, estes últimos, em algum momento, estão se preparando para governar diretamente. O simbólico, a mídia, o aspecto estratégico das narrativas que parecem se tornar a totalidade da política, perdem peso específico fora das eleições e em um equilíbrio para o qual a renovação política se torna necessária.

O bolsonarismo seria construído no nível do imaginário como o anti-PT: louvor à ditadura, destruição das políticas públicas progressistas, discurso de ódio contra minorias e ultraliberalismo explícito. Mas o modelo econômico favorável aos bancos e ao agronegócio, com a precarização da mão-de-obra, ficaria de fora da discussão. Após a anulação das condenações do juiz Moro contra Lula no caso Lava Jato, Lula é mais uma vez candidato e enfrentará Bolsonaro nas eleições de 2022. A polarização parece favorecer os dois campos. O bem contra o mal, para Lulismo, num debate político muito distante da realidade neoliberal do trabalho precário e da falta de alternativas. O retorno da corrupção e o risco do comunismo, para os antipeticionistas, em um debate que escapa do dia a dia para orbitar na esfera da comunicação política como uma falsa totalidade. Nasce a retórica do "Lula está de volta"?

No Equador, o retorno de Rafael Correa foi frustrado pela derrota de seu candidato Andrés Arauz. Apesar de não ter conseguido alterar a matriz produtiva e distributiva no primeiro e segundo governos de Correa, houve uma nova Constituição com avanços, parte da agenda sindical foi levada em conta (por exemplo, reduzindo significativamente o nível de terceirização), os direitos humanos (comissões de abertura de inquérito sobre crimes ditatoriais), a participação do Estado na receita do petróleo (o

setor mais lucrativo da economia equatoriana) foi avançada, e a necessidade de participação do Estado na receita do petróleo (o setor mais lucrativo da economia equatoriana) foi levantada, avançou na participação estatal nas receitas do petróleo (o setor mais rentável da economia equatoriana), aumentando a necessidade de estabilizar a balança comercial e evitar a saída de dólares (em um país cuja economia está literalmente dolarizada, ou seja, usam o dólar americano como moeda nacional).

Entre 2014 e 2015, com a queda dos preços do petróleo e a valorização do dólar (dois elementos estruturais da economia equatoriana), a estrutura econômica e social do país mostrou sua fragilidade. Era o momento do ajuste: eliminação da contribuição estatal obrigatória para o Instituto de Seguridade Social do Equador, eliminação parcial dos subsídios de combustível, eliminação dos subsídios de transporte em nível nacional, etc., em todos os casos repassando os custos para uma população cuja renda estava diminuindo como parte da diminuição do PIB. A crise política e econômica coincidiu com uma atitude defensiva por parte do governo que, em vez de remontar suas alianças ou incentivar novos apoios de baixo para cima, fechou-se e, além do anti-correcionismo reacionário, foi acusado de usar o Judiciário para disciplinar oponentes políticos e ativistas sociais (não apenas nos níveis mais baixos do Judiciário, mas também com um Supremo Tribunal viciado).

Os assassinatos de José Tendetza, Fredy Taish e Bosco Wisuma, principais opositores do modelo extrativista, cortaram definitivamente os laços entre o governo de Rafael Correa e as bases indígenas. Assim como no processo eleitoral subsequente, os partidários de Correa foram acusados de trair uma grande parte de sua base, após sua vitória eleitoral na balada, como resultado de uma polarização exagerada com o empresário de direita Lasso, o vice-presidente de Correa, Lenin Moreno, assumiu a responsabilidade de "trair" o que restava, ou seja, o discurso. Talvez, além da orientação de suas políticas de ajuste, o maior pecado para uma certa militância consistiu em trair o próprio nível da linguagem, tendo em mente a importância que os governos progressistas da região deram ao discurso e aos slogans. A verdade é que a traição de Lenin Moreno mostrou que o governo de Correa não era o mais dinâmico (muito pelo contrário), nem

um palácio ou golpe militar era necessário para derrubá-lo, mas que um simples gesto dentro da própria lógica de representação era suficiente.

O correísmo entregou parte de suas possíveis bases à direita. Talvez este seja um custo do chamado neodesenvolvimentismo ou de um estilo de governo que não gosta muito de transversalidades políticas... ou um simples efeito da - mais estrutural - decadência da representação política. O que é certo é que os protestos de setembro e outubro de 2019 contra as medidas do governo de Lenin Moreno, agora extinto, revitalizaram a militância indigenista, mas as eleições de 2021 pareciam devolver o jogo ao campo das declarações e o mecanismo eleitoral está testando sua capacidade de simplificar a complexidade social com o efeito polarizador da balada. O candidato indígena procuraria encontrar um terceiro lugar, apontando os limites do correísmo e reiterando a distância com a direita tradicional, mas apesar da alta votação para o movimento Pachakutik, o cenário tripartite seria desencorajador, dadas as posições irreduzíveis entre Yaku Pérez e correísmo, e uma possibilidade de Lasso arrastar a oposição majoritária, bloqueando o desafio franco às políticas de Moreno, além da retórica da traição.

Em 2011, o governo de Cristina Fernández na Argentina foi validado como parte de um processo de recuperação dos indicadores macroeconômicos, trabalhistas e sociais. No ano anterior, em meio a um reencantamento popular (e do setor médio) com um novo boom de consumo, a candidatura de Daniel Scioli, governador da província de Buenos Aires, esteve no ar, até depois da morte de Néstor Kirchner, quando a imagem de Cristina recuperou e seus dons como figura política finalmente a posicionaram. A eleição de 2011 viu-a ganhar 54% dos votos, com a Frente Amplio Progresista, liderada pelo Socialismo de Santa Fé, ficando em segundo lugar com aproximadamente 17%. Como é que apenas quatro anos mais tarde a direita mais vencida, liderada pela figura de Mauricio Macri em aliança com a UCR, ganhou 51% dos votos numa eleição de segundo turno contra a mais conservadora das opções do partido até então no poder, a anteriormente negligenciada Scioli?

De certa forma, pode-se dizer que em 2011, não apenas o governo ganhou uma eleição, mas o nível eleitoral foi consolidado em relação a outras dimensões da construção política. Assim, o governo se autonomizou do tecido que incluía movimentos sociais e diversos atores em posição de discutir transformações, afastando assim o elemento crítico que poderia ter fornecido sua base de apoio.

O período de 12 anos do governo de Kirchner caracterizou-se por sua heterogeneidade, tanto em termos de condições externas, plano econômico, construção política interna e até mesmo segurança interna. No último período, a entrada de moeda estrangeira caiu significativamente, com sérias consequências para a criação de empregos, renda dos aposentados e consumo popular; ao mesmo tempo, aumentou a preocupação do governo com o conflito social, com o uso de legislação e estratégias punitivas. Ao mesmo tempo, o curso extrativista continuou, com a instalação de uma fábrica da Monsanto na cidade de Malvinas Argentinas, em Córdoba (com resistência dos movimentos territoriais), e leis neoliberais como a ART e a redução das contribuições dos empregadores foram aprovadas. A desvalorização de janeiro de 2014, 16% em apenas três dias, seguida de um ajuste aos consumidores através da remoção de subsídios para serviços básicos, teve um impacto no poder de compra da classe trabalhadora formal e informal e nas economias populares. A tentativa do governo de retornar oficialmente aos mercados internacionais o considerou paternalista do ICSID (Centro Internacional de Resolução de Disputas de Investimentos, que trabalha do Banco Mundial em nome dos credores privados de dívidas públicas) e pagando penalidades ao Clube de Paris (com um Ministério da Economia então chefiado por Axel Kicillof, atual governador da província de Buenos Aires). Na época das eleições de 2015, os três principais candidatos formaram uma espécie de consenso de ajuste, com uma única discussão: "gradualismo ou choque". Scioli (Kirchnerismo conservador) perdeu para Macri (a direita oligárquica), enquanto Massa (centro-conservador) ficou em terceiro lugar e hoje representa uma das principais forças agrupadas no governo Frente de Todos. O governo de Alberto Fernández é o produto de um acordo entre diferentes forças, dentro e fora do peronismo, com objetivos eleitorais cujo objetivo principal era derrotar o macrismo em 2019. É um progressismo

post mortem sob a máscara de um "progressismo liberal" que é sustentado pela aposta extrativista, pela ambiguidade discursiva, pela manutenção de uma subjetividade reacionária na disputa pela terra e por uma cota de "sensibilidade social" ligada à pandemia?

A queda de Evo Morales na Bolívia provocou um amargo debate que ainda está em curso nos tribunais, no debate político interno e fora do país. Presidentes como López Obrador e Alberto Fernández juntaram-se pessoalmente à campanha, ao ponto de o presidente argentino ter feito do acompanhamento de Evo em seu exílio e de seu posterior retorno à Bolívia uma questão de Estado. A retórica do golpe prevaleceu, ofuscando a queda de Evo Morales após semanas de forte mobilização contra ele, com forças sociais e militares recomendando sua demissão⁶, após uma disputa na contagem dos votos de uma já questionada tentativa de reeleição autorizada pelo tribunal constitucional, após um referendo ter se oposto a essa possibilidade. A direita na Meia Lua do Oriente do país aproveitou um vácuo de poder criado pela renúncia de toda a linha constitucional de sucessão, e com Morales fora do país, assumiu irregularmente a presidência.

Como no Brasil, porém, após a demissão de Evo Morales e sua saída do país, a política não seria resolvida por mobilizações de massa ou resistência decisiva ao golpe, mas pela comunicação política: "golpe", "ditadura", por um lado; "governo corrupto" e "fraude", por outro. Na Bolívia, os próprios legisladores do MAS apoiaram e legitimaram o novo governo do Senador Jeanine Áñez, então a mais alta autoridade congressional. Embora ela tomasse posse de forma questionável por uma simples votação na ausência da maioria, dias depois os movimentos sociais se reuniram com o novo presidente, e no Congresso a maioria optaria por reconhecê-la, aceitando a renúncia de Evo Morales e seu vice-presidente, não permitindo que a controvérsia ativa no nível da comunicação política chegasse às instituições⁷.

⁶ Pedido de demissão da COB: <https://www.dw.com/es/central-obrera-se-distancia-de-morales-y-le-pide-que-renuncie-si-es-por-el-bien-del-pa%C3%ADs/a-51193905> pedido de demissão dos militares <https://www.dw.com/es/fuerzas-armadas-y-polic%C3%ADa-sugieren-a-evo-morales-que-renuncie-para-pacificar-bolivia/a-51195158>

⁷ Pablo Solón "¿Qué pasó en Bolivia? ¿Hubo un golpe?" 22 noviembre, 2019. Disponible en:

O governo de Jeanine Áñez, que tomou posse com a promessa de convocar eleições e praticou uma política repressiva e racista, acabou adiando as eleições com base nas condições de saúde da pandemia. Seu governo iniciou julgamentos anticorrupção, perseguição política e procurou derrotar o MAS, de fato, do governo. Não teve sucesso. Como é sabido, em outubro de 2020 o MAS voltou ao poder com Evo Morales banido, um vice-presidente crítico e seu próprio, mas ao mesmo tempo diferente, candidato à presidência⁸. Os bolivianos parecem ter dado uma mensagem que também é complexa. Talvez um pouco pragmático, mas distante da mística militante do MAS e, especialmente, das vozes latino-americanas de opinião de longe. Eles parecem satisfeitos com a continuidade do MAS, mas não houve nenhum clamor pelo retorno de Evo. Um mundo de novas figuras políticas, dissidentes, internas e opositoras ao MAS, dão conta de uma fase nova onde o retorno do Evo Morales e Garcia Linera ao país não os coloca novamente na linha do comando do governo, num dinamismo instável e sem previsão, como no restante da região.

Em uma leitura de médio prazo, a Bolívia viu o fim de um ciclo e uma mudança política notável desde a vitória de 2005, como expressão da ascensão das mobilizações que começaram em 2000, expressa também em sua ratificação massiva no referendo de 2008. Posteriormente, o discurso desenvolvimentista e nacionalista tornou-se predominante, buscando seduzir a classe média, o que levou o MAS à presidência novamente em 2009 e 2015, com um Estado Plurinacional Comunitário já em funcionamento, mas sem a política do MAS buscando avançar na implementação dos pontos nele contidos - o que poderia ter significado um conflito real com o poder tradicional e econômico. Um MAS que não era mais o MAS da mobilização e ruptura com o establishment consegue ganhar eleições e transformar o partido-movimento em um partido do poder, por isso novo ciclo, mesmo que com continuidade e presença no poder.

somoselmedio.com/2019/11/22/que-paso-en-bolivia-hubo-un-golpe/

⁸ Schavelzon <https://desinformememos.org/sentidos-de-la-eleccion-boliviana/>

Observações abertas

Além do aspecto eleitoral, então, o fim do ciclo é vivenciado a partir de uma certa auto absorção por aqueles mais identificados com o progressismo. A mistificação aumenta e as linhas tênues de autocrítica proliferam, enquanto a capacidade de mobilização diminui e a continuidade com as lutas que levaram os governos populares ao estado é interrompida. Ao mesmo tempo, a perspectiva do Estado de criminalizar os protestos, políticas de austeridade mais e menos disfarçadas e, fundamentalmente, uma ambiguidade cada vez mais distante dos movimentos e experiências alternativas, bem como das agendas emergentes, está sendo consolidada. Em nossa região, a figura da "correlação de forças" é utilizada de forma abstrata e manipulada. Nos últimos tempos, a militância partidária, sindical e social, no exato momento em que se refere ao equilíbrio de poder, não é assumida como fazendo parte desta relação. A frase de um mágico, um abracadabra que, quando pronunciada, nos paralisa. Ele dá um nome, justificando-o, à desmobilização social.

No Chile, após o surto de outubro de 2019 e a convenção constituinte, a derrota do direito é mais certa do que a capacidade da estrutura constituinte de produzir mudanças estruturais. Os bloqueios de estradas na revolta do Equador em outubro de 2019 influenciaram uma boa eleição para o candidato indígena, mas foram deixados para trás com a vitória do banqueiro neoliberal Lasso, o novo presidente do país. Uma campanha suja de correísmo (e progressismo internacional) contra a Yaku Pérez⁹ foi seguida pela decisão do movimento indígena por um voto nulo. Após 50 dias de greve e mobilizações históricas, na Colômbia, parte da energia social parece estar se dissipando na tentativa de renovação das instituições por meios eleitorais, e no Brasil, Lula da Silva espera ansiosamente um retorno que dependerá muito mais da deterioração da popularidade de Bolsonaro do que de propostas ou organicidade com um processo de luta que busca alguma mudança.

⁹ Salvador Schavelzon "Las Varias Caras Progresistas en Campaña Sucia contra el Candidato Indígena del Ecuador". Desinformemonos. <https://desinformemonos.org/las-varias-caras-progresistas-en-campana-sucia-contr-el-candidato-indigena-del-ecuador/>

Nós nos perguntamos: onde estão nossas forças então, e como participamos de situações concretas nesta relação? Uma relação que, por definição, não é fechada é tomada como concluída antecipadamente; a repetição da mesma coisa é pensada como um gesto estratégico, como se as estratégias não fossem também parte de um campo em disputa dependente de condições que, precisamente, não são uma repetição da mesma coisa. E se não for um problema de "grande estratégia" voluntária ou sacrificial, mas de tática radical e alegre? De fato, existem forças de diferentes tipos, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também no nível da imaginação política, das transformações no nível dos vínculos dentro e fora das organizações, dentro das cumplicidades transversais, táticas de guerrilha ou formatos de unidade de ação. A imaginação não é uma abstração ou uma utopia perdida por ser distante, mas uma força que abre possibilidades quando é agitada em corpos.

De nossa parte, o diagnóstico e as questões que nos colocamos não surgem de uma visão externa do desejo de transformar as relações existentes de desigualdade e destruição do meio ambiente, nem de uma concepção imaculada de esquerda, mas de um realismo doloroso¹⁰ que não está disposto a silenciar publicamente as diferenças, nem de um raciocínio extorsivo cuja única razão de ser são os poderes que são. Nós nos permitimos desconfiar do superdimensionamento em bloco do inimigo, um gesto correlativo a uma vitimização também excessiva do próprio potencial e vitalidade inesperada. Ao contrário, estamos apostando em um realismo de poder que destaque as expressões de dinamismo corporizadas pelos atores e formas de relação e organização existentes, por uma imaginação política capaz de agir, de intervir em nossas condições, com toda a lama que a história proporciona.

¹⁰ Em 2015, na Argentina, três nomes foram mencionados como possíveis candidatos ao partido governista para enfrentar a frente de oposição que havia sido formada pela direita. Jorge Taiana, promovido pelo Movimento Evita e outros espaços associados aos movimentos sociais mais simpáticos ao governo, Florencio Randazzo, ex-Chefe de Gabinete e então atual Ministro do Interior e Transportes, e Daniel Scioli, governador da província de Buenos Aires, com uma história e traços conservadores (ele havia sido até mesmo ridicularizado e questionado pelos intelectuais pró-governamentais de Carta Abierta e do programa de TV pró-governamental 678). Diante da decisão do governo de Cristina Fernández de ungir Scioli como seu candidato, o pensador Horacio González, então diretor da Biblioteca Nacional, expressou seu apoio recorrendo a uma figura dramática, algo literária: o "voto rasgado".

Da maré dos feminismos de baixo para as lutas ambientais, dos espaços de contracultura, das experiências de solidariedade e economias populares, às ressonâncias entre um buen vivir contemporâneo e a validade comunitária dos povos indígenas, às revoltas estudantis, ou aos novos modos de agrupamento e democracia sindical ou à luta dos trabalhadores autônomos e precários fora das estruturas que já não os contemplam ou representam, e ao ativismo informático.... a fenomenologia do dinamismo político é muito vasta e não menos importante é o potencial de articulações e interfaces capazes da transversalidade necessária para contrabalançar e até mesmo superar as assimetrias de concreto que compõem a atual correlação de forças, ou seja, a trama que define o quanto podemos fazer.